

KUPFER, D. O Leiteiro e o Açougueiro. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 12/11/2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-leiteiro-e-o-acougueiro.ghtml>.

O Leiteiro e o Açougueiro

12/11/2018

Durante o período eleitoral circulou na Internet uma charge que sintetizou com perfeição o sentimento que as urnas posteriormente revelaram como majoritário. Em um quadrinho chamado “Vida de Gado”, cuja autoria não foi possível apurar, aparecem duas vaquinhas conversando. Uma pergunta para a outra: “E aí, em quem você vai votar? No leiteiro ou no açougueiro?” A outra responde: “No açougueiro, claro. Já estou cheia desse leiteiro roubando nosso leite.”

Não é necessário colocar os personagens reais nessa sátira. Ela se aplica igualmente ao Brasil ou a muitos outros países, hoje ou em muitos momentos do passado. Ela reflete como se comporta o cidadão quando “se enche” de conviver com os problemas causados por aqueles que se eternizam assegurando que irão resolvê-los. Quer dizer, mais cedo ou mais tarde o povo entende que o “roubo do leite” é sistêmico. No caso brasileiro, é operado por um sistema político-partidário que se organizou ao longo de décadas para extrair recursos da sociedade visando, primariamente, a sua própria reprodução no poder.

E, é bom que se diga, o custo desse sistema não se resume somente aos recursos pecuniários subtraídos. Muito pior, compromete as chances de sucesso de bons projetos, distorce a construção de valores comportamentais, traz frustração social e muitos outros intangíveis que mexem negativamente com a capacidade da população acreditar em um futuro melhor. Diante disso, a sociedade se manifesta escolhendo uma opção anti-sistêmica. Sorte que nas democracias o “leiteiro” é mandado para o ostracismo apenas e tão somente pela força do voto popular.

No outro polo está o “açougueiro”. A sua promessa foi simplesmente desossar, desmontar, desconstruir. Não precisou dizer o que iria botar no lugar. Nada expressa melhor a opção anti-sistêmica de entregar a política para os “de fora” do que o fato de que um candidato a vereador que teve 480 votos há dois anos, exiba um crescimento eleitoral de 72.000% e torne-se o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro com mais de 345 mil votos.

Como não poderia deixar de ser, nesses primeiros movimentos após a eleição o tema que tem monopolizado a atenção é a montagem da nova equipe de governo. Isso implica concretizar uma reforma ministerial que o governo eleito, como tudo mais, não precisou detalhá-la durante a campanha. Assim, discutir tecnicamente reforma ministerial nesse contexto, como muitos

estão fazendo, não tem sentido. Tecnicamente falando, não existe um arranjo ministerial ótimo. A evidência vem das inúmeras formas organizacionais assumidas pelos governos dos diversos países mundo afora.

A melhor opção administrativa não pode prescindir da definição dos objetivos que movem o Poder Executivo. Por exemplo, o Mdic é um ministério que tem o mandato de formular e colocar em prática políticas industriais. Há anos sua ação se cruza com a do Ministério da Fazenda, que controla os instrumentos fiscais e financeiros com os quais se realiza concretamente a política industrial. Inúmeros bons projetos de política industrial foram desfigurados por vetos interpostos pelo Ministério da Fazenda e foram condenados a permanecerem como arremedos ineficazes e ineficientes, sem capacidade de entregar resultados que os justificassem.

Não é difícil deduzir do corpo ideológico que orienta o novo governo que a decisão de levar o Mdic para a Fazenda não tem por objetivo aumentar a coordenação e ampliar a potência dos instrumentos da política industrial. Mas então qual o real objetivo dessa medida? Idem para a incorporação do Ministério do Planejamento e de outras fusões e remanejamentos que estão sendo propostos.

Por isso, para além da falta de racionalidade do que está na mesa, o que mais incomoda é a visível sem-cerimônia com que a reforma ministerial está sendo conduzida. O fato é que a capacidade de interlocução da sociedade diante dessas propostas, mesmo quando estapafúrdias (vide a fusão Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente, anunciada e já revogada) tem se mostrado muito pequena.

Diferente é o quadro na arena internacional, onde parece que o novo governo subestimou as reações negativas que surgiriam. Se dar um cavalo de pau na economia brasileira não funciona, como mais uma vez mostrou o desastrado ajuste fiscal de 2015, nas relações internacionais não é tarefa possível pois a inércia nesse campo é muito maior. Basta ver que Donald Trump já está prestes a concluir a metade de seu mandato presidencial e somente agora está conseguindo provocar mexidas reais no tabuleiro. E ele preside os EUA! Nenhuma dessas dificuldades foram contabilizados pelo novo presidente quando ainda vivia a rósea inconsequência da fase de candidato, tão comum nos processos eleitorais por aqui.

Passados quinze dias do fim da eleição, sedimenta-se o diagnóstico de que o Brasil votou para romper o eixo do poder, tanto o do poder formal (partidos), quanto o do poder de fato (econômico, institucional, midiático). A boa notícia é que está ficando a cada dia mais nítido que a população não votou em ideias que levam a uma sociedade ultraconservadora e a uma economia ultraliberal. O povo disparou a seu modo a reforma política que já havia sido percebida como urgente durante as manifestações de 2013 e que cinco anos depois praticamente não havia saído do lugar. A ver como o “açougueiro” irá lidar com o rebanho sem poder abater as vacas.